

HYPERMARCAS S.A.
Companhia Aberta

NIRE 35.300.353.251
CNPJ nº. 02.932.074/0001-91

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2011

DATA, HORA E LOCAL: Aos 16 dias do mês de março de 2011, às 15:00 horas, na sede social da Hypermarcas S.A. ("Companhia" ou "Emissora") situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.217, casa 07, Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-011.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Hypermarcas S.A.: Srs. João Alves de Queiroz Filho, Claudio Bergamo dos Santos, Luciana Cavalheiro Fleischer, Esteban Malpica Fomperosa, Bernardo Malpica Hernandez, Jairo Eduardo Loureiro, Hélio Robles de Oliveira, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves e Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Presidente do Conselho de Administração, Sr. João Alves de Queiroz Filho, que convidou a mim, Juliana Aguinaga Damião, para secretariá-lo.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: **(i)** emissão, para distribuição pública, de 400 (quatrocentas) debêntures da 4ª (quarta) emissão da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, totalizando, na data de emissão, o valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), que serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução n.º 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476/09"); e **(ii)** em relação às debêntures da 2ª (segunda) emissão da Companhia ("Debêntures da 2ª Emissão") (a) prorrogação do prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Emissão originalmente previsto para 4 de fevereiro de 2013, por um ano calendário, e (ii) alteração dos índices financeiros previstos na alínea (b) do item 4.13.1 do "Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, da Hypermarcas S.A." ("Escritura de Emissão de Debêntures da 2ª Emissão da Companhia"), substituindo-os, inclusive no que se refere à forma de cálculo, pelos índices em vigor para as debêntures da 3ª (terceira) emissão da Companhia; **(iii)** a alienação, pela Companhia, à Amgen, Inc. e sua subsidiária brasileira Amgen Brasil Biofarmacêutica Ltda. (doravante referidas em conjunto como "Amgen"), da totalidade das quotas representativas do capital social de sociedade empresária limitada a ser constituída pela Companhia, cujo objeto social compreenderá a importação e distribuição dos medicamentos comercializados sob as marcas Mimpara, Vectibix e Nplate ("Distribuidora Amgen"); **(iv)** autorização para emissão de Bonds, destinados à colocação no mercado internacional junto a investidores institucionais estrangeiros qualificados, em

conformidade com isenções estabelecidas de acordo com o Securities Act of 1933, conforme alterado, dos Estados Unidos da América, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de qualquer registro de distribuição no Brasil ou no exterior, inclusive perante a CVM e a SEC ("Emissão de Bonds") e aprovação da convocação de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, a ser realizada em 04 de abril de 2011, nos termos do disposto no Art. 142, alínea "IV" da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 17, alínea "a" do Estatuto Social da Companhia para tratar sobre a Emissão de Bonds; **(v)** a subscrição, pela Companhia, de 6.300.000 (seis milhões e trezentas mil) novas ações representativas do capital social da MABESA DO BRASIL S.A., sociedade por ações de capital fechado, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Capitão Arcílio Rizzi, nº 93, Bairro Cesar de Souza, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.698.231/0001-83 ("Mabesa S.A."), **(vi)** a ratificação da celebração do instrumento particular de constituição de garantia por prestação de fiança n.º 180046111 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.; **(vii)** a ratificação da celebração do instrumento particular de constituição de garantia por prestação de fiança n.º 180045911 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A.; **(viii)** a celebração da operação n.º 3.071.589 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES"), nos termos das condições estabelecidas na decisão de diretoria do BNDES nº 174/2011 em reunião realizada em 01 de março de 2011; e **(ix)** a autorização da prática, pela Diretoria, de todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações descritas acima.

DELIBERAÇÕES: Iniciados os trabalhos, os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram:

(i) nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da alínea "k" do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, a aprovação da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Companhia ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), nos termos da Instrução CVM 476/09, a qual terá as seguintes características e condições:

(a) Valor Total da Emissão: o valor total da Emissão será de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão");

(b) Série: a Emissão será realizada em 2 (duas) séries (doravante referidas individual e indistintamente, como "Série");

(c) Quantidade de Debêntures: serão emitidas 400 (quatrocentas) debêntures divididas em 2 (duas) Séries, sendo: (i) 200 (duzentas) Debêntures na 1ª (primeira) Série ("Debêntures da 1ª Série"); e (ii) 200 (duzentas) Debêntures na 2ª Série ("Debêntures da 2ª Série" e, quando referidas em conjunto com as Debêntures da 1ª Série, as "Debêntures");

(d) Data de Emissão das Debêntures: a data de emissão será definida na escritura de emissão das Debêntures a ser celebrada entre a Companhia e o agente fiduciário ("Data de Emissão" e "Escritura de Emissão", respectivamente);

(e) Valor Nominal Unitário das Debêntures: o valor nominal unitário das Debêntures, na respectiva Data de Emissão, será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário");

(f) Forma, Tipo e Conversibilidade: as Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, não conversíveis em ações de emissão da Companhia;

(g) Espécie: as Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, nem preferência, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações;

(h) Destinação dos Recursos: os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao pagamento de dívidas vincendas da Companhia e/ou ao reforço de seu capital de giro.

(i) Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures da 1ª Série terão prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da 1ª Série"). As Debêntures da 2ª Série terão prazo de vigência de 37 (trinta e sete) meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento da 2ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento da 1ª Série, a "Data de Vencimento");

(j) Amortização: o Valor Nominal Unitário das Debêntures será integralmente amortizado na Data de Vencimento das Debêntures;

(k) Registro para Distribuição e Negociação: as Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP. Não obstante, as Debêntures somente poderão ser negociadas depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476/09, e entre investidores qualificados, assim definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"), observado o disposto nos incisos I e II, do artigo 4º da Instrução CVM 476/09;

(l) Prazo e Forma de Subscrição e Integralização: as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, por seu Valor Nominal Unitário ou pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, conforme abaixo definida, calculada "*pro rata temporis*" desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização;

(m) Resgate Antecipado: não haverá resgate antecipado das Debêntures;

(n) Remuneração: o Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, calculados a partir da Data de Emissão das Debêntures, equivalentes 111,00% (cento e onze inteiros por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "*over extra grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração" e "Taxa DI", respectivamente). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Vencimento. A Remuneração será devida semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo a última data de pagamento de remuneração a Data de Vencimento (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração");

(o) Repactuação: não haverá repactuação das Debêntures;

(p) Vencimento Antecipado: As Debêntures e as obrigações previstas na Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, tornando-se imediatamente exigível da Companhia o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme seja o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (i) pedido por parte da Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (ii) pedido ou decretação de insolvência civil de acionistas controladores da Emissora que detenham, individualmente ou em conjunto, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social da Emissora;
- (iii) extinção, liquidação, dissolução, insolvência ou pedido de autofalência, pedido de falência da Emissora, e/ou de quaisquer das suas controladoras com participação, individual ou conjuntamente, de no mínimo 10% (dez por cento) no capital social da Emissora e controladas, não elidido no prazo legal;

- (iv) não pagamento, pela Emissora, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a data em que tal pagamento tornar-se exigível, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, e em especial àquelas referentes ao pagamento do principal, remuneração e demais encargos pactuados nas Debêntures;
- (v) não cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária, nos termos da Escritura de Emissão das Debêntures, não sanada em um prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados da data de recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, à Emissora, sendo que este prazo não se aplica àquelas obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (vi) redução de capital social da Emissora que resulte em capital social inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social existente na Data de Emissão, exceto (i) nos casos de redução de capital realizada com o objetivo de absorver prejuízos, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) se previamente autorizado pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representantes dos Debenturistas, representando 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação de cada uma das Séries;
- (vii) protestos de títulos contra a Emissora e/ou contra quaisquer das suas controladas, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis de sua ocorrência;
- (viii) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras e dívidas da Emissora e/ou das suas controladas e/ou controladoras com participação, individual ou conjuntamente, de no mínimo 10% (dez por cento) no capital social da Emissora, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), no mercado local ou internacional, salvo se a Emissora comprovar, até o 3º (terceiro) dia útil imediatamente seguintes à data de sua ocorrência, que tal inadimplemento não ocorreu ou foi devidamente sanado pela Emissora;
- (ix) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital

próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Emissão;

- (x) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo estipulado para o pagamento;
- (xi) cessação, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente aprovada pela maioria simples dos titulares de Debêntures de cada uma das Séries, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xii) transformação do tipo societário da Emissora para sociedade limitada;
- (xiii) se houver a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que resulte na não prevalência da Igarapava Participações S.A. e da Maiorem S.A. de C.V., em conjunto, direta ou indiretamente, como as principais acionistas do bloco de controle da Emissora; ou se houver a incorporação, cisão, fusão, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em perda do atual controle societário, direto ou indireto, da Igarapava Participações S.A. ou da Maiorem S.A. de C.V.;
- (xiv) mudança relevante nas condições econômicas, no estado financeiro e/ou operacionais da Emissora, que comprovadamente (mediante a publicação de fato relevante ou de comunicado ao mercado pela Emissora, nos termos da Instrução CVM n.º 358, bem como na regulamentação aplicável), afete, de forma relevante, negativamente a capacidade da Emissora cumprir com suas obrigações financeiras;
- (xv) não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão de autorizações, alvarás e licenças, que impeça o funcionamento de uma ou mais unidades industriais da Emissora e/ou de suas controladas ou a produção de um ou mais produtos pela Emissora e/ou suas controladas que, em qualquer caso, representem valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do faturamento consolidado da Emissora, exceto se, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, intervenção, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou de suas controladas,

conforme o caso, até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;

- (xvi) mudança ou alteração no objeto social da Emissora que modifique as atividades atualmente por ela praticadas de forma relevante, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios significativos e relevantes em relação às atividades atualmente desenvolvidas;
- (xvii) não observância pela Emissora de qualquer dos seguintes índices financeiros, por dois semestres consecutivos, a serem calculados sempre com base nas demonstrações contábeis consolidadas de dezembro e junho da Emissora, iniciando-se com as informações contábeis de junho de 2011 e informados ao agente fiduciário, juntamente com o relatório da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices financeiros, em até 15 (quinze) dias úteis após o prazo legal exigido pela CVM, na legislação em vigor, para divulgação das respectivas informações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:
 - (a) Dívida Financeira Líquida / EBITDA: Igual ou inferior a 3,75x, sendo que será considerado o maior EBITDA entre (i) o EBITDA acumulado dos últimos 12 (doze) meses; e (ii) o EBITDA do último trimestre multiplicado por 4,0.
 - (b) Cobertura de Juros (EBITDA / Despesa de Juros Líquidos): igual ou superior a 2.0x considerando os últimos 12 (doze) meses.
- (xviii) provarem-se falsas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora durante a vigência das Debêntures e/ou no Contrato de Distribuição;
- (xix) alteração do Estatuto Social da Emissora, que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, durante a vigência das Debêntures desta Emissão, desde que haja uma retirada efetiva de acionistas que representem, individual ou conjuntamente, 15% (quinze por cento) ou mais do capital social da Emissora;
- (xx) descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória contra a qual não seja obtido efeito suspensivo no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da respectiva notificação e que possa, comprovadamente, impactar de maneira significativa as condições

econômicas, financeiras e/ou operacionais da Emissora; e

- (xxi) se a Emissora e/ou qualquer de suas controladas promover, em uma única operação ou em uma série de operações, a alienação, direta ou indireta, total ou parcial, de ativos operacionais que, individualmente ou em conjunto, resulte em uma receita bruta de vendas consolidada da Emissora em valor inferior a R\$ 2.370.002 mil (equivalente a 80% (oitenta por cento) da receita bruta de vendas consolidada da Emissora apurada nos últimos 12 (doze) meses findos em 31 de março de 2010) ("Valor de Referência"). A apuração da receita bruta de vendas consolidada da Emissora para fins de comparação com o Valor de Referência será realizada trimestralmente, até o 45º (quadragésimo quinto) dia contado da data de encerramento de cada trimestre calendário, com base na receita bruta de vendas consolidada da Emissora relativa aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do referido trimestre, considerando-se as demonstrações ou informações financeiras auditadas ou objeto de revisão especial pelos auditores independentes da Emissora, conforme o caso. A verificação do valor da redução da receita bruta de vendas em relação ao Valor de Referência será realizada a partir da data da alienação dos ativos até o 12º mês seguinte à referida data, findo o qual a respectiva alienação não mais será considerada como um potencial evento de vencimento antecipado.

(q) Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia: fica a Diretoria da Companhia autorizada a:

- (i) contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para a distribuição pública das Debêntures;
- (ii) contratar os prestadores de serviços da Emissão, tais como o banco mandatário, agente escriturador, agente fiduciário, assessores legais, entre outros; e
- (iii) celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão.

(ii) Em relação às Debêntures da 2ª Emissão, a aprovação da:

(a) prorrogação do prazo de vencimento das Debêntures da 2ª Emissão originalmente previsto para 4 de fevereiro de 2013, por um ano calendário, passando o vencimento a ser estabelecido para 4 de fevereiro de 2014; e

(b) alteração dos índices financeiros previstos na alínea (q) do item 4.13.1 da Escritura de Emissão de Debêntures da 2ª Emissão da Companhia, substituindo-os, inclusive no que se refere à

forma de cálculo, pelos índices financeiros abaixo, os quais estão em vigor para as debêntures da 3ª (terceira) emissão da Companhia, devendo passar a vigor com a seguinte redação:

"1) Dívida Financeira Líquida / EBITDA: Igual ou inferior a 3,75x, sendo que será considerado o maior EBITDA entre (i) o EBITDA acumulado dos últimos 12 (doze) meses; e (ii) o EBITDA do último trimestre multiplicado por 4,0.

2) Cobertura de Juros (EBITDA / Despesa de Juros Líquidos): igual ou superior a 2.0x considerando os últimos 12 (doze) meses.

Onde:

"Dívida Financeira Total": significa o somatório de (a) todas as obrigações da Companhia e/ou de suas subsidiárias por fundos tomados em empréstimo ou recebidos a título de adiantamento ou depósito; (b) todas as obrigações da Companhia e/ou de suas subsidiárias evidenciadas por títulos, debêntures, notas, contratos derivativos (e que não sejam celebrados para fim de proteção de flutuação de taxas de juros, moedas ou inflação), ou instrumentos similares; (c) todas as obrigações relativas a arrendamentos mercantis da Companhia e de suas subsidiárias; (d) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia e/ou de suas subsidiárias na qualidade de garantidora de cartas de crédito, cartas de garantia e/ou avais, excetuadas as cartas de crédito e/ou cartas de garantia exclusivamente relativas às importações da Companhia e/ou de suas subsidiárias; (e) todas as obrigações, condicionais ou não, da Companhia e/ou de suas subsidiárias em relação a aceites bancários; (f) todas as dívidas de terceiros garantidas (ou em relação às quais o titular da dívida tenha um direito, seja condicional ou não, de ser garantido) por qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos pela Companhia e/ou de suas subsidiárias, tenha ou não a dívida garantida sido assumida; e (g) toda dívida ou obrigação da Companhia ou suas subsidiárias decorrente de aquisição de empresas, ativo imobilizado e marcas.

"Dívida Financeira Líquida": significa Dívida Financeira Total menos (i) caixa; (ii) investimentos de curto prazo; (iii) fundos de renda fixa com liquidez diária de instituições financeiras de primeira linha; e (iv) títulos de emissão do governo federal e/ou de instituições financeiras de primeira linha, desde que com liquidez diária ou liquidez diária após período de carência de no máximo 90 (noventa) dias da data do investimento;

"EBITDA": significa o somatório (a) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Companhia na linha "Resultado Operacional" (excluindo as receitas e as despesas financeiras); (b) todos os montantes de depreciação e amortização; (c) todo crédito tributário relativo a benefícios fiscais, incluindo, mas não se limitando a, fomentar, exemplificativamente; e (d) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de "Custo de Operação", tudo determinado em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil.

"Despesa de Juros Líquidos": significa as despesas da Companhia e das suas subsidiárias, relacionadas ao total de juros a pagar incidentes sobre o montante da dívida em determinado período, incluindo comissões, descontos, honorários e despesas derivadas de letras de crédito e de aceite de financiamentos na medida em que tais financiamentos constituam Dívida Financeira Total diminuída das receitas da Companhia e das suas subsidiárias em qualquer período, relacionadas ao total de juros recebidos provenientes de suas aplicações financeiras."

(c) Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia: fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação da Emissão e a alteração das condições estabelecidas para as Debêntures da 2ª Emissão, conforme deliberações acima;

(iii) aprovar a alienação, pela Companhia, à Amgen, da totalidade das quotas representativas do capital social da Distribuidora Amgen (a "Operação Amgen"), pelo preço de R\$30.000.000,00 (trinta milhões) a R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de Reais), sujeito a ajustes, conforme acordado entre as partes, nos termos da Carta de Intenções aceita pela Companhia em 06 de março de 2011, uma vez implementadas as condições precedentes à referida operação, dentre as quais, a constituição da Distribuidora Amgen, a obtenção das licenças necessárias para a condução dessas atividades pela Distribuidora Amgen e a negociação e assinatura dos contratos definitivos pela Hypermarchas e pela Amgen; e, uma vez implementadas as condições precedentes à Operação Amgen, autorizar a prática, pelos diretores da Companhia, dos atos necessários à sua implementação;

(iv) autorizar a emissão de Bonds, destinados à colocação no mercado internacional junto a investidores institucionais estrangeiros qualificados, em conformidade com isenções estabelecidas de acordo com o Securities Act of 1933, conforme alterado, dos Estados Unidos da América, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de qualquer registro de distribuição no Brasil ou no exterior, inclusive perante a CVM e a SEC ("Emissão de Bonds") e aprovar a convocação de Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, a ser realizada em 04 de abril de 2011, nos termos do disposto no Art. 142, alínea "IV" da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 17, alínea "a" do Estatuto Social da Companhia, tendo como ordem do dia a deliberação sobre (i) a Emissão de Bonds, e (ii) autorização da adoção, pela Diretoria da Companhia, de todas as medidas

necessárias à realização da emissão dos Bonds, inclusive mas não se limitando à (a) definição do cronograma da emissão; (b) contratação de instituições financeiras e demais assessores necessários à realização da emissão, no Brasil e no exterior; e (c) definição de todas as características dos Bonds, inclusive mas não se limitando ao valor global da emissão, prazos de vencimento, garantias, taxas de remuneração, condições de vencimento antecipado e demais obrigações da Companhia no âmbito da emissão.

(v) ratificar (a) subscrição, pela Companhia, de 6.300.000 (seis milhões e trezentas mil) novas ações representativas do capital social da Mabesa S.A., pelo valor total de R\$6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil Reais), bem como a integralização dessas ações pela Companhia à vista e em dinheiro, em observância ao artigo 23, alínea "t", do Estatuto Social da Companhia; e (b) os atos necessários à implementação do quanto disposto no item (a) acima praticados pelos Diretores da Companhia;

(vi) ratificar a celebração, pela Diretoria da Companhia, do instrumento particular de constituição de garantia por prestação de fiança n.º 180046111 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., em 01 de fevereiro de 2011 no valor de R\$66.936.000,00 (sessenta e seis milhões, novecentos e trinta e seis mil reais) com vencimento em 19.01.2012;

(vii) ratificar a celebração, pela Diretoria da Companhia, do instrumento particular de constituição de garantia por prestação de fiança n.º 180045911 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A., em 01 de fevereiro de 2011 no valor de R\$66.936.000,00 (sessenta e seis milhões, novecentos e trinta e seis mil reais) com vencimento em 21.01.2013;

(viii) aprovar a celebração da operação n.º 3.071.589 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento ("BNDES") no valor de R\$ 47.407.309,00 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e nove reais), nos termos das condições estabelecidas na decisão de diretoria do BNDES nº 174/2011 em reunião realizada em 01 de março de 2011; e

(ix) autorização da prática, pela Diretoria, de todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações descritas acima.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada pelos conselheiros presentes. Mesa: João Alves de Queiroz Filho (Presidente), Juliana Aguinaga Damião (secretária). Conselheiros: João Alves de Queiroz Filho, Luciana Cavalheiro Fleischner, Claudio Bergamo dos Santos, Esteban Malpica Fomperosa, Bernardo Malpica Hernandez, Jairo Eduardo Loureiro, Hélio Robles de Oliveira, Marcelo Henrique Limírio Gonçalves e Marcelo Henrique Limírio Gonçalves Filho.

São Paulo, 16 de março de 2011

Juliana Aguinaga Damião
Secretária